

LUSOFONIA, QUE PERSPECTIVAS CULTURAIS?

por *Augusto Nascimento**

Introdução¹

Nos anos 80, em São Tomé, não havia televisão. No mato e na rua são-tomenses, ouviam-se relatos de Lisboa em ondas curtas e vibrava-se com o Benfica, com o Sporting, clubes que tinham tido filiais no arquipélago. Até então, o futebol não era um espectáculo de televisão e, de resto, em São Tomé só por essa altura começavam as emissões experimentais. Sem nunca terem visto os jogadores, os são-tomenses imaginavam-nos a partir de fotos e das descrições nos relatos. Ainda nos anos 80, o Centro Cultural Português encheu-se de leitores quando passou a disponibilizar *A Bola*. Num certo sentido, nem a construção do *homem novo* são-tomense, nem o engajamento político extirpara a propensão afectiva para com a antiga metrópole, ao tempo, ainda uma das faces mais visíveis do mundo exterior. Em tempos de privações severas, o quotidiano também era preenchido com esta ocupação lúdica, com que, mais do que mitigar as agruras da vida, as pessoas erigiam um pólo de interesse próprio e restituíam a si mesmas uma dimensão afectiva e mundana. Talvez tais sentimentos não fossem assim tão distantes da emoção com que um benfiquista, criança nos anos 60, se atreveu a cumprimentar Mário Coluna em Maputo, tratando-o respeitosamente por *meu capitão...* Nestas histórias, pesou sem dúvida o lastro do passado, do qual, à margem da dominação colonial de outrora, pessoas de diferente origem guardam algo que parece fazer parte delas.

Na manhã de 3 Maio de 2009, num café de Maputo, um moçambicano envergava uma camisola nova do Benfica. Perguntado sobre qual tinha sido o resultado do jogo Nacional-Benfica, respondeu não saber, pois que tinha estado a ver o Barça-Real. Em jeito de explicação, acrescentou, *era o jogo do título...* em Espanha. Sem

* *Instituto de Investigação Científica Tropical*, Lisboa.

¹ Recém-chegado ao tema, não tenho uma linha de pensamento sedimentada sobre esta problemática. Respondendo a um desafio, este texto, absolutamente exploratório, é tributário de uma pesquisa bibliográfica sumária e da observação dos processos de criação e de difusão cultural, bem como da respectiva valorização política da criação cultural em países da CPLP, designadamente em São Tomé e Príncipe, país a que tenho prestado maior atenção.

prejuízo da identificação afectiva de muitos que envergam as camisolas de clubes portugueses, o pólo de interesse deste e de outros moçambicanos já não é o legado pela história, ao invés da suposição básica de qualquer português que, permanecendo verdadeira em muitos casos, vem sendo progressivamente infirmada, por exemplo, pelo notório crescimento do interesse pelo Chelsea ou pelo Manchester. O interesse do moçambicano é o que ele escolhe..., prefere não perder tempo a ver um irrelevante Académica-Sporting e, significativamente, usa a camisola do Benfica, não para denotar um qualquer vínculo imperecível, mas para assinalar posses económicas. Por outras palavras, tem o mundo ao alcance da mão e das intenções.

A ligação ao mundo – seja este o meio social imediato, a nação ou, ainda, o global – constitui uma dimensão importante na vida dos indivíduos. Mais ou menos intensa e com diferentes cambiantes, induzidos por vínculos imperativos das “tradições” de um dado grupo ou pelo individualismo e pelo cosmopolitismo, essa ligação estrutura fidelidades e determina comportamentos que, nem sempre consciencializados, não são menos decisivos na restituição de uma determinada auto-estima ou de um sentido para a vida ou, pelo menos, para o quotidiano.

Neste caso, e sem embargo de a matéria ser esquiva, acho que tenho estado a falar de uma vertente cultural e, embora não pareça, das fronteiras da lusofonia, que estão em jogo, sobretudo a partir do que no seu seio se fizer, ou não, no intuito de construir uma efectiva comunidade² lusófona.

Relativamente aos Estados da CPLP, as propostas de colaboração no domínio cultural (como nos domínios político, económico e social) remetem para um terreno de intenções genéricas e de consistência assaz variável. Anunciam-se muitos desígnios e convicções para o futuro, mas, contraporão alguns, constata-se uma menor tradução prática desses desígnios. Além disso, falta muita reflexão e investigação sobre os domínios culturais, mormente nos países da CPLP.

Em parte, tal também se deve às assimetrias e ao carácter lacunar da CPLP – características, aliás, observáveis em cada um dos países –, o que, evidentemente, também tem implicações na produção cultural e na respectiva difusão. Em princípio, esta poderia (ou deveria) encontrar nos países da CPLP um alvo preferencial. Mas nem sempre assim sucede.

² O termo comunidade não terá sido escolhido por acaso. Mas, tal como sucede com outras aplicações, presta-se a inúmeros equívocos. Tende a designar uma homogeneidade que, mesmo se referida à assunção de responsabilidades e de direitos, dificilmente se aplicará às relações entre os Estados da CPLP. Em todo o caso, a ideia de comunidade permanece como um desígnio.

Actualmente, observa-se uma valorização da cultura, em resultado até de mudanças nas perspectivas sobre o desenvolvimento³. Assiste-se a uma valorização política e social das dimensões humanas e cultural da vida colectiva, conquanto esta mutação de paradigma não encontre tradução adequada nas plataformas ideológicas e nos programas políticos.

Ademais, não é fácil movermo-nos no campo da criação e difusão cultural. Entre as questões denotadoras da complexidade da respectiva abordagem, cumpre referir a heterogeneidade do lato campo cultural (desde a composição erudita às expressões populares e/ou às designadas sub-culturas expressas e vividas quotidianamente) e a carga política (além da económica e social) em torno e das várias culturas nacionais.

Referindo-nos à história recente de países africanos, atentemos nalguns indicadores da complexidade do tema da “cultura”: não apenas a reivindicação política anti-colonialista se fundou na afirmação de uma identidade cultural irreduzível⁴, tendencialmente convergente com a identidade nacional, como amiúde se reivindica a valia política da cultura na resistência à opressão colonialista. Todavia, no pós-independência destitui-se essa mesma cultura, de feição popular, de qualquer virtude denunciadora da opressão quando esta tem origem ou contornos nacionais⁵. Congruentemente, também se pretere a cultura popular em favor das narrativas nacionais ou do Estado, amiúde confundido com a nação, tornada a instância polarizadora da fidelidade política.

A par desta perspectiva redutora da cultura popular, as apropriações abusivas da cultura pululam. Dada a centralidade que ganhou nas sociedades actuais, a cultura vem a ser usada a esmo, por vezes abusivamente, para explicar também o falhanço do receituário do desenvolvimento ou o das políticas de erradicação da pobreza. Acrescente-se ainda que o fim da hegemonia do discurso político monolítico e finalista

³ Não só se passou a discutir a própria noção de desenvolvimento, durante décadas linearmente associado ao crescimento económico, como se teve de atentar na resiliência de certas condutas avessas a um desenvolvimento redutor e, amiúde, prescrito por instâncias exógenas aos universos de aplicação (veja-se, por exemplo, MILANDO 2005). Em contrapartida, passou a conceder-se importância à dimensão social e cultural, tornada premissa do desenvolvimento humano.

⁴ Como é sabido, embora a reivindicação de uma identidade cultural tenha sustentado a da independência de vários países, nem teórica nem factualmente essa conexão se verifica sempre. Num certo sentido, é mais frequente até a relação entre relação colonial e independência, à margem da identidade cultural nacional.

⁵ Na realidade, o pluralismo político abriu espaço a visões menos maniqueístas e mais atentas às discontinuidades e à heterogeneidade nos países chegados há décadas à independência, como, de resto, no comum das sociedades.

dos regimes de partido único permitiu atentar nas manifestações culturais. Aliás, nalguns casos, a “cultura” tornou-se numa trincheira nacionalista.

Estes dados ajudam a ter presente a complexidade da dimensão cultural dos percursos de sociedades, grupos e indivíduos, a ter em conta num qualquer projecto cultural no seio do espaço dito lusófono. Nesta comunicação, tentarei mapear alguns problemas quando encaramos a lusofonia enquanto pólo agregador de uma “comunidade” que, sendo de países, terá de ser de povos⁶ e, supostamente, deverá também ser cultural. Ponderado o peso do passado, ensaiarei considerar as possibilidades de relações culturais no espaço lusófono (alegadamente) em construção, tal como o estão também as identidades ou as culturas nacionais.

A perscrutar o passado, não subscrevo a ideia de uma cultura comum na lusofonia ou no espaço lusófono, mas tão-somente a da ocorrência de intersecções e imbricações culturais. Olhando o futuro, valorizaria a possibilidade da afirmação cultural num espaço partilhado, deixando desde já dito que tal depende mais do empenhamento político do que qualquer efeito da história.

O espaço “lusófono” e as lusofonias

Todavia, tal possibilidade implica problematizar histórica e politicamente o espaço da lusofonia, que, note-se, cresceu muito após as independências. Por exemplo, hoje fala-se mais a língua portuguesa do que antes das independências⁷, o que, não

⁶ Não ignoro o lastro de ambiguidades, duplicidades e contradições que perpassam pela “comunidade” dita lusófona e, em particular, os imanescentes à posição do Estado e da sociedade portuguesa. Por exemplo, importa ter presentes os escolhos que os portugueses, por via da integração na União Europeia, apõem às exigências éticas e sociais decorrentes da opção política de construção da CPLP ou os que resultam da inconsequência ou do paternalismo das acções (embora não concorde nem com o tom nem com o alcance, cumpre ter presente uma denúncia da ambiguidade portuguesa resultante da submissão a ditames de Bruxelas em MARGARIDO 2000:31-33).

Afora isso, sem ignorar os caminhos esconsos da construção do poder e das hegemonias, partilho de uma visão menos determinista e menos conspiratória do curso da vida política e social. Reconhecendo embora o anacronismo de sentimentos subjacentes a certos propósitos políticos e sociais dirigidos para os países africanos de língua oficial portuguesa, amiúde com alguma carga paternalista, os laços políticos, culturais e sociais não se reduzem nem têm de se reduzir a isso. A sociedade portuguesa é mais plural nos seus propósitos e acções do que, por regra, o supõem os críticos de todo e qualquer intento referente à lusofonia. Além disso, e compreensivelmente, as reservas e as ambiguidades não são apanágio dos portugueses, serão decerto de todos os implicados na CPLP, um projecto de alcance variável e duvidoso, é certo, mas que até ao presente nenhum Estado liminarmente rejeitou.

⁷ Embora rejeite a visão algo linear de uma subliminar contumácia de propósitos mais ou menos intemporalmente racistas, que teriam levado do passado de negação do *outro* ao uso da língua como instrumento hegemónico, importa ter presente a interpretação de MARGARIDO sobre a sonegação da língua portuguesa aos colonizados, cf. 2000:60 e ss.

reflectindo uma qualquer hegemonia simbólica, também não basta nem enquanto veículo de afinidade nem como instrumento de ligação entre os indivíduos.

Em termos simplistas, a problematização do espaço “lusófono” conduz a considerar três perspectivas sobre a lusofonia. Uma é a saudosista⁸. Para alguns, a criação, ou emergência, da lusofonia subsequentemente ao fim do antigo espaço colonial seria uma espécie de comprovativo de um elo indelével entre Portugal e as suas antigas colónias⁹, designadamente as africanas. A realidade está bem longe disso, mas, tomada tal vacuidade pelo seu valor facial, alguns entrevêm nos desígnios da lusofonia, quando propalados por portugueses, pulsões saudosistas ou, no mínimo, réplicas paternalistas, tributárias dos ideários em voga no tempo colonial¹⁰. Em alternativa, olham-na como eco de um luso-tropicalismo serôdio e sem sentido ou como a versão portuguesa de um pós-colonialismo incapaz. Independentemente da maior ou menor pertinência destas críticas, cumpre afirmar que qualquer abordagem saudosista estará completamente desfasada da realidade.

Outra perspectiva pauta-se pelo pragmatismo. Alguns encaram a lusofonia de um ângulo instrumental, relacionando-a, por exemplo, com as possibilidades de concertação política e diplomática¹¹, de trocas económicas, de trocas sociais e culturais. No limite, alguns, poucos, sonham com a livre circulação de pessoas, vertente que aparece como corolário lógico da extensão das trocas económicas.

Por fim, protagonizada por uma miríade de actores, observa-se uma perspectiva algo eclética, qual misto de engajamento impregnado de uma afectividade difusa e de

⁸ Falamos de uma perspectiva saudosista, não por os seus agentes terem projectos de neo-colonialismo, mas por encararem os povos dos países africanos à luz de paradigmas de outrora e, sobretudo, por se comprazerem com uma retórica sobre a afectividade e a cumplicidade destoante das realidades num mundo de incessante e acelerada mudança.

⁹ De acordo com algumas críticas, a lusofonia cobre uma pulsão para impor a portugalidade, nomeadamente como modelo conducente à da universalidade, pulsão na qual ressoariam ecos do passado colonial e uma visão serôdia de Portugal e do mundo. Na verdade, alguns autores laboram com a assunção de que, não tendo sido devidamente indagada e criticada a história colonial recente, a pulsão etnocêntrica e potencialmente hegemónica, herdada da ideologia colonial de outrora, apenas se transmutou e, sob novas roupagens, opera a coberto da lusofonia.

Diga-se, já se elaboraram trabalhos interessantes de desconstrução de mitos de uma portugalidade serôdia. Os mitos respeitarão a posicionamentos que porventura nem serão maioritários.

¹⁰ Por vezes, os críticos do suposto saudosismo ou das reminiscentes pulsões hegemónicas também têm a sua lusofonia, segundo eles, expurgada de vícios alheios. Porém, abdicam da enunciação das suas metas “lusófonas”, prevenindo, com conveniente paternalismo, os africanos dos ecos do neo-colonialismo dos outros.

¹¹ Juntamente com a promoção da língua, tal desígnio constitui o núcleo de objectivos da CPLP.

Porém, focar a CPLP na língua parece pouco ambicioso. Sem dúvida, algumas ambições localizam-se na economia e na cooperação económica, da qual todos têm a ganhar, embora uns mais do que outros. Todavia, descurar o contínuo aprofundamento das trocas culturais seria um erro de palmatória.

pragmatismo¹². Com efeito, a meio caminho entre as anteriores perspectivas estarão os que prospectam a construção de um espaço de partilha baseado, senão numa herança cultural comum, ao menos em memórias entrelaçadas, fundando nisso as possibilidades de valorização das suas vivências e da criação cultural plural e diversa, por um lado, e partilhada, por outro.

Dito de outra forma, a par dos que recusam a lusofonia, desde logo por a encararem como uma variante (pobre) de um desígnio pós-colonial anacrónico ou de um discurso nacionalista caduco, outros procuram construí-la, oscilando entre a procura de uma história que julgam comum e a afirmação cultural plural e diversa num espaço fundado pela partilha da língua¹³ e pela história, acrescentarão alguns.

De momento, e independentemente das cargas afectivas que suscita, existe uma lusofonia¹⁴. Desigual, inconsequente, acima de tudo retórica, dir-se-á. Mas existe. A questão será a de saber se a vamos valorizar ou prescindir dela e se, à luz de uma perspectiva contratual facilitada por memórias referenciadas a tempos, lugares e acções que transportamos connosco, nos vamos valorizar, ou não, com a lusofonia.

Uma constatação imediata respeita, desde logo, à escassa, para não dizer nenhuma, réplica da concertação político-diplomática da instituição CPLP na vida do comum dos cidadãos. Apesar de declarações nesse sentido, a lusofonia, ou a CPLP, não foi idealizada apenas na perspectiva da concertação política-diplomática facilitada por um sistema de comunicação linguística comum ainda que com diversas cambiantes. Tendo a língua como pedra angular, a CPLP quis-se fundada em “afinidades histórico-culturais”¹⁵. Mas almeja-se que a CPLP constitua uma “unidade de referência para a circulação de pessoas, ideias, imagens e capitais”¹⁶. Aliás, da aventada facilidade de circulação de pessoas também deriva a credibilidade da lusofonia ou da CPLP enquanto

¹² Condizente com a pluralidade da sociedade actual, esta perspectiva enforma desde as acções de pequena monta aos projectos com apoio estatal e envolve desde vontades individuais a desempenhos institucionais. Amiúde, escusa-se a qualquer valoração crítica dos percursos e das acções dos interlocutores ou dos países.

¹³ É possível que algum saudosismo deposite na língua objectivos de recorte político, esperando que ela introduza continuidade sobre a descontinuidade geográfica e, mais importante, sobre as lacerações da história, umas rapidamente esquecidas ou recalçadas, outras ainda lembradas por algum tempo.

¹⁴ Enquanto projecto e intenção, a lusofonia tem a sua âncora na CPLP. Por mais decantada que esteja a diferença entre CPLP, organização de Estados, por um lado, e lusofonia, por outro, a verdade é que não apenas para o grosso das pessoas essas realidades se confundem, como, afinal, essa confusão não provém senão de uma indefinição a montante. Na realidade, apresentando-se como uma organização de Estados, a CPLP quer ter o respaldo popular – de outro modo, porquê falar de “comunidade de afectos”? – sem o qual, de resto, não teria sentido.

¹⁵ Tomemos, por exemplo, Durão Barroso (citado por Caio BOSCHI 2000:296). Na realidade, por entre eventuais equívocos, voluntarismos, inércias e outros sentimentos, seria estultícia pensar que a CPLP visaria apenas a concertação político-diplomática e a promoção da língua.

¹⁶ Augusto Santos SILVA cit. por SANTOS, M. Lurdes Lima dos, 1998: 385.

comunidade de povos e, adiantemo-lo, enquanto espaço de trocas económicas, sociais e culturais.

Para a CPLP ou a lusofonia se tornarem uma referência para os cidadãos, cumpriria ter instituições mais presentes no quotidiano. Antecipemo-lo, para o aprofundamento da vertente cultural também seria crucial ter políticas de cooperação cultural mais abrangentes e consequentes. Além disso, será utopia pensar-se, senão numa política cultural comum, ao menos em instrumentos culturais partilhados, com impacto alargado e duradouro e capazes de fomentar sentimentos, senão de pertença, ao menos de afinidade cultural e afectiva?

A proclamação dos afectos após a politização das culturas

A CPLP foi baptizada de “comunidade de afectos”, tal a expressão de renúncia a pulsões hegemónicas, das quais desconfiam os que não se sentem tratados em pé de igualdade ou que têm a memória dos agravos do colonialismo. Aliás, daqui decorre parte dos escolhos políticos à construção de um espaço comum ou partilhado. Económica e socialmente, o espaço “lusófono” poderá ser sentido como irremediável e essencialmente heterogéneo e, mais significativo, interpretado como perpetuador de assimetrias, mesmo quando se proclama como desejável alguma homogeneidade dos vários centros da lusofonia. Mesmo se inexistissem tais tensões e incompreensões, o certo é que, sem prejuízo da criatividade dos slogans políticos, também os “afectos” e os empenhos dele decorrentes são, ao contrário das evidências, desiguais¹⁷ e assim se têm projectado no caminho da CPLP.

Revedo os sentimentos prevaletentes após 1975, diremos que, na generalidade dos países, a lusofonia passa ao lado da vida dos cidadãos. Prevalece uma indiferença em relação à lusofonia e à CPLP, que não concita uma qualquer lealdade política. À margem do veio permanente da concertação institucional, opera uma volatilidade de sentimentos, mais ou menos relacionada com as conjunturas económicas. Tal seria irrelevante se não se desse o caso de os sentimentos serem importantes para a construção de um espaço lusófono, mormente no plano cultural.

¹⁷ Os afectos têm história. Logo, cabe perguntar: o tempo aplanou as arestas da dominação passada? A memória intersectada (não necessariamente comum ou idêntica) potencia a identificação com a lusofonia ou, pelo menos, a disponibilidade de cada um para a troca de informação, de bens e para a partilha de sentimentos? Não é líquido que tal ocorra entre os cidadãos dos vários países, cujo quotidiano vai correndo à margem da lusofonia.

Em Portugal, onde se operou uma integração não traumática dos “retornados” e onde, apesar das dificuldades de vária ordem, os imigrantes se vão adaptando¹⁸, lavra o esquecimento (ou recalçamento) e, para alguns, a ignorância do facto colonial. Concomitantemente, opera uma propensão para o espaço “lusófono”, cujas raízes no passado histórico não são lineares. Com efeito, opera uma cultura de emigração que, legada pela história, não deriva directamente dela¹⁹, pois que também é sugerida pela conjuntura económica e é protagonizada por pessoas jovens sem passado em África.

Noutros países, designadamente nos africanos, a lusofonia é malquista pelas ressonâncias (reais ou imaginadas) do ideário colonial²⁰, que (supostamente) colidem com a sedimentação das identidades nacionais. Nalguma medida, a rejeição da implicação “lusófona” resulta da memória do colonialismo e da relação tacitamente estabelecida como excludente entre laços “lusófonos” e realização do desígnio nacional de cada um dos jovens países. Afinal de contas, os processos de construção e de afirmação de desígnios nacionais contêm ainda algo de lacunar e de voluntarista e, por circunstâncias da história recente, adquirem uma premência simbólica (sobretudo para as elites) que não encontra paralelo nem em Portugal, nem no Brasil.

Em que é que se escoram as identidades nacionais em construção? Para além dos rituais políticos, pretendem firmar-se, na cultura ou, mais particularmente, nas especificidade culturais. Mas se, por um lado, as culturas têm um papel de cimento político e social, por outro, elas também demandam a internacionalização, para a qual, por exemplo, a lusofonia pode ser um campo favorável. Aqui chegados, para alguns, a lusofonia afigurar-se-á um espaço limitado, não necessariamente por razões políticas, quanto por razões económicas e simbólicas.

Com efeito, em várias circunstâncias, grupos e indivíduos não consideram a lusofonia ou a CPLP como um horizonte desejável de realização grupal e pessoal.

¹⁸ Evidentemente, proliferarão visões bem mais cruas do que esta asserção, que não pretende mascarar as inúmeras dificuldades e os problemas da integração dos imigrantes na sociedade portuguesa. Se há experiências mais bem sucedidas de integração de imigrantes, também as há bem mais agrestes. Trata-se de matéria muito difícil acerca da qual as explicações são mais interessantes que as adjectivações. Para o propósito deste texto julgo poder dizer que, em Portugal, a integração de imigrantes se vai processando com as vicissitudes próprias de um caldo cultural em mutação e com maiores ou menores dificuldades devidas às flutuações económicas.

¹⁹ Aquilo que outrora compunha o que se designava de vocação orgânica do povo português e servia de justificação à empresa colonial não estava inscrito no código genético dos portugueses. Curiosamente, a activação da possibilidade de uma vida em África deriva, ao menos em parte, das histórias de ascendentes ou de conhecidos que por lá passaram nesse tempo colonial.

²⁰ Se o pensamento nacionalista dos séculos XIX e XX viu na construção do sistema colonial a preservação da herança histórica e a garantia da existência da nação (por exemplo, ALEXANDRE 2000:181), actualmente este quadro mudou radicalmente, facto que certos afãs críticos resolvem ignorar.

Alguns acharão mesmo que essa delimitação de horizonte corresponde a uma restrição das suas possibilidades: tal é particularmente evidente no campo do conhecimento científico onde o inglês se vai tornando uma língua franca, sem aparente resistência até dos mais afoitos adeptos da diversidade cultural.

Aliás, acrescentando algumas dúvidas ao lastro de sentimentos criados pela história, cumpre perguntar se, a nível, político, uma língua partilhada e as histórias intersectadas serão suficientes para uma “comunidade de afectos” sobreviver às lógicas centrífugas induzidas pelas várias ancoragens regionais e pela globalização? Não sendo excludente das ancoragens regionais, alguma afectividade difusa basta como terreno fértil para a troca de competências culturais (científicas, técnicas, simbólicas) no espaço “lusófono”? Não basta, o que torna a produção de conhecimento e a criação cultural cruciais para a construção de um sentimento de partilha no seio de uma “comunidade” heteróclita.

Relacionado ainda com os laços da história, emerge claramente um campo de convergência, que é o do saber social²¹, obviamente imbricado com a produção cultural. Todavia, esse campo de aplicação vantajosa em resultado da existência da lusofonia tem dificuldade em desdobrar-se em projectos empresariais ou em rentabilizar-se.

Partindo da ênfase na politização das culturas, pergunta-se: qual é a disponibilidade para a criação cultural no e para o espaço “lusófono”? Para alguns, a lusofonia representará um segmento de mercado global de bens culturais pautado pela valorização do exótico de outras culturas locais²². Porém, contra a valorização do exótico – muito ligada ao turismo – milita a multiplicação desse exótico. É disso que vivem os jovens vendedores de artesanato, o qual, todavia, se deprecia pela multiplicação da oferta e pela uniformização do que se cria e se oferece. A alguns, a nivelação por baixo dos réditos nesse segmento do mercado de bens culturais perfilar-

²¹ Ao nível da cooperação científica, a denúncia de um certo rasto de atitudes de paternalismo poderá ser pertinente porquanto alguns portugueses, com maior ou menor etnocentrismo, acham erroneamente que a sua nacionalidade os qualifica para uma espécie de tutoria dos africanos. Confluem nesta atitude vários factores, entre eles, a sobrançeria resultante do etnocentrismo conjugada com um certo provincianismo, uma cultura institucional pobre e avessa à inovação, que se traduz também, para não dizer principalmente, no entrave à renovação do saber, à mudança e ao cosmopolitismo, de que apenas se repescam as roupagens. A isto junta-se a inconsequência de propósitos. Tal um retrato da cultura institucional em Portugal, pela qual alguns lêem o mundo como uma realidade dada e imutável, na qual aos portugueses caberia a projecção da sua nacionalidade no espaço *historicamente seu*. Em todo o caso, cumpre dizer que esta não é a atitude de todos os portugueses.

²² Relativamente às *tradições*, um português poderá mostrar menor receptividade relativamente às de um mundo que lhe parece a um tempo seródio e familiar – caso do folclore português – e, todavia, alardear receptividade relativamente ao que é diferente, na circunstância, proveniente do espaço da CPLP.

se-á como a metáfora da receada uniformização e do abastardamento e desvalorização das identidades culturais.

Entre elites culturalmente diferenciadas e politizadas, perpassa o receio de uma dissolução das identidades. Porém, se opera uma tendência para dissolução do caracteristicamente local ou do nacional – uma síntese bem mais difícil e decerto ainda por fazer –, essa dissolução não se processará por causa da (e na) lusofonia, com a qual alguns actores militantemente mantêm, ao arrepio da concertação diplomático entre governantes, uma tensão mais ou menos visível.

Para alguns, a politização das culturas como que as sacraliza e as torna um objecto não transaccionável. Tal denotará uma visão redutora da cultura, mas, em todo o caso, o propósito tem algum sentido, designadamente quando se põem em confronto os significados sociais das culturas e o mercado global. As culturas têm uma função – não declarada, mas não menos operante – de cimentar a unidade dos grupos. As culturas transportam partes da história e têm significados sociais. Ora, a globalização (de que a lusofonia é parte) introduz uma dimensão mercantil nos desempenhos e nas trocas culturais que, sugerindo até modificações de conteúdo e de forma, pode contribuir para a perda semiológica de certas expressões culturais. Se, por um lado, se valoriza a identidade e a alteridade (ainda que, por vezes, apenas o *exótico* da perspectiva de quem adquire um produto cultural), por outro lado, a globalização tende a propor uma acomodação e uma amputação da dimensão social, reduzindo as manifestações culturais a uma função performativa (veja-se o caso de danças de que se perdem os significados). Ainda assim, contra os puristas, lembrar-se-á que tal processo de perda de significado ocorre sempre, na medida em que as condições sociais são elas mesmo mutantes, mesmo quando aparentam o contrário.

Seja como for, para além das pulsões paternalistas e das tensões, fruto da politização de traços culturais, sobra um campo de possibilidades ou, numa perspectiva contratual, de oportunidades na lusofonia. Para esta adquirir sentido terá se afirmar enquanto espaço de oportunidades, para o que, não abdicando de uma visão instrumental ou, melhor dito, pragmática, importará também fundá-la em bases propiciadoras de afinidades através, por exemplo, de políticas eficazes de cooperação, potenciadoras das possibilidades de criação e da circulação de bens, o mesmo é dizer, da potenciação de um mercado cultural.

Sem políticas delineadas e sem acção consequente, capaz de criar hábitos de produção e fruição cultural, a lusofonia não oferecerá vantagens substanciais relativamente a outros universos de mostras culturais.

Os condicionalismos dos mercados culturais

Em 1996, Fernando Henrique Cardoso dizia que a CPLP seria a primeira comunidade em que a cultura puxaria pelas outras formas de cooperação, mormente no domínio do desenvolvimento político e económico²³. Estamos muito longe de confirmar ou sequer de antever a concretização desse diagnóstico, mas esta constatação não desmente tal desígnio, nem deve militar contra a possibilidade, por exemplo, de iniciativas empresariais no domínio cultural. Em todo o caso, estas revestir-se-ão sempre de características peculiares.

Tomando como exemplo a União Europeia, verifica-se que, apesar do espaço comum, as trocas comerciais reflectem em parte os factores geográficos e históricos de cada unidade nacional. Este dado parece favorecer a CPLP no plano das trocas e da valorização económica dos bens culturais – a afinidade linguística pode ser um indutor dessa valorização²⁴. A lusofonia oferece possibilidades de projectar culturas ou, se quisermos, produtos culturais a partir das filiações históricas. Não obstante, importa ter presente que a lusofonia está em concorrência com filiações identitárias bem mais presentes nas vidas dos vários actores políticos e criadores culturais dos vários países da CPLP.

As empresas culturais operam com factores históricos, tal como afinal sucede na economia de um espaço comum como o europeu e outros espaços sub-regionais. Actualmente, as possibilidades oferecidas pela lusofonia são acessórias. Porventura, impõe-se potenciá-las.

Explorar e potenciar as oportunidades implica um cômputo das vantagens e desvantagens dos dados históricos nos cálculos das empresas culturais. Se para a troca de bens e serviços subsistem vantagens da história e da geografia, também existem desvantagens das afectividades negativas deixadas pela história recente ou, talvez mais

²³ *Expresso*, 13 de Julho de 1996, citado por LEONARD 1999:440.

²⁴ Na realidade, enquanto condicionador da orientação das apostas comerciais, o factor histórico vale mais no caso das diásporas. Cabo Verde tem na sua crioulofonia, coincidente com a sua diáspora, um universo muito mais rentável do que a lusofonia. O vínculo nacional prolongado pela diáspora afigura-se inquestionavelmente mais importante do que o voluntarismo de uma partilha lusófona.

precisamente, pelos desencontros políticos, que talvez se reflectam mais no domínio cultural do que noutros. Poder-se-á dizer que as afectividades negativas se circunscreverão às elites, mas note-se que, por ora, são as elites as principais consumidoras da eventual cultura projectável no espaço “lusófono”, ao mesmo tempo que a outros grupos sociais escapará por completo, para rejeitar ou aceitar, a (rala) dimensão “lusófona” dos seus países e, por maioria de razão, da sua vivência²⁵.

A área cultural não difere muito das áreas económicas, as quais, ao invés das ideias do senso comum e de credos ideológicos, dependem muito dos Estados. Embora pareça avisado dizer, por exemplo, que não se criará nenhuma universidade lusófona sem apoio estatal ou pluri-estatal, o mesmo se dirá de empreendimentos económicos. É na exacta medida em que ocorre com o comum das demais actividades económicas que se deve ter presente que as empresas culturais supõem o suporte dos Estados, quer através do apoio a projectos distintos pelo seu impacto simbólico e social, quer através de políticas estruturantes, como, por exemplo, as da educação.

À margem dos desempenhos dos Estados e das instituições, cabe um papel às empresas ligadas à produção cultural, desde a produção de livros à criação plástica e das artes performativas às designadas tradições. Evidentemente, emerge a questão: as empresas culturais serão capazes de não depender do Estado e dos apoios às políticas culturais? Em parte, a resposta encontra-se na literacia e na instrução que tendem a universalizar as pertenças e, nessa medida, a alargar o mercado. As indústrias culturais poderão com mais facilidade viver independentemente dos Estados, mas tal é uma meta mais difícil para certos empreendimentos culturais mais específicos.

Assinale-se, a propósito, que também não se conhecem os mercados para delinear apostas rendosas em certas actividades culturais. Importará ter ideias precisas sobre os contornos do envolvimento económico no campo cultural, até por abundarem os escolhos, políticos e outros, a empresas culturais: não há um conhecimento da configuração social dos (potenciais) públicos, muitos dos quais estão apartados da produção e da fruição cultural. Também se fala da diversidade social das populações, mas esta permanece por caracterizar.

Apesar de a emoção ser um factor propiciador de consumo e, em especial, dos bens culturais, o mercado cultural é peculiar: além da aparentemente maior finitude dos

²⁵ Deixe-se dito, a outros grupos, as agruras da vida sugerem o interesse na concretização de vantagens tangíveis, como a da liberdade de circulação, que, a concretizar-se, seria o maior propulsor de sentimentos de afinidade à luz dos valores de uma cidadania cosmopolita e, por conseguinte, de partilha da criação e da fruição de manifestações culturais no seio da CPLP e da lusofonia.

recursos – a elasticidade da oferta e da procura parecem menores do que noutros segmentos –, não é um mercado interpretável pelos pressupostos da concorrência aplicável a outros bens e serviços. Por isso, podemos constatar acções de mecenato (até de capitais estrangeiros), mas dificilmente assistimos a grandes investimentos e, menos ainda, de capital externo²⁶ nas áreas culturais, excepto naquelas cuja linguagem é tendencialmente universal, como, por exemplo, a música.

Nos investimentos no domínio cultural, o ratio capital/pessoas envolvidas e o compromisso simbólico são diferentes dos de outro tipo de investimentos. A aposta em certas actividades culturais tem um retorno económico à primeira vista baixo, por vezes também prejudicado pela incosequência dos investimentos. Além de diferidos e incomensuráveis, os retornos, algo imprevisíveis, não vão na proporção do investimento.

Porém, os investimentos poderão ser feitos menos a pensar em retornos imediatos do que, por exemplo, na criação de empregos²⁷. Ligada à difusão, a promoção económica da cultura pode ter implicações no desenvolvimento local, até por suscitar uma efectiva descentralização do poder através da delegação de competências. Tem também implicações no desenvolvimento humano e social que, embora difíceis de mensurar, não serão menos relevantes a prazo.

Um passo na valorização da cultura é o da mediação, premissa do reconhecimento de uma criação como obra cultural. Certos desempenhos tornaram-se “culturais” no seio de uma dada realidade política e social graças à mediação valorativa feita por um corpo de especialistas e/ou ao suporte institucional. Certas manifestações, outrora rituais ou com funções de explicação do mundo, conquanto nem sempre com evidente significado político²⁸, foram-se tornando desempenhos performativos. Ora, a mediação e a promoção decerto farão emergir de novo a questão da tendência para a despolarização ou para o esvaziamento dos significados políticos e social de um dado facto cultural. Nuns casos, tornar a manifestação mais universal com vista a aumentar o seu público pode desvirtuar os sentidos sociais e políticos iminentes à dita

²⁶ Se assim se pode falar no mundo de hoje, o capital externo não encontra no domínio cultural as vantagens decorrentes da heterogeneidade dos factores de produção no mercado mundial, que remunera prodigamente a expatriação de capitais. Além disso, no mercado cultural, é mais difícil monopolizar e maximizar lucros.

²⁷ Na verdade, por vezes ocorre criação de empregos mas muitas vezes não no local da produção cultural.

²⁸ Veja-se, por exemplo, a leitura antropológica do Auto de Floripes encenado na ilha do Príncipe por Pina CABRAL 1991.

Por exemplo, o *tchiloli*, dança “típica” de São Tomé com alguma exposição mediática internacional, foi objecto de leituras politizadas que se me afiguram reducionistas.

manifestação. Noutros, tal questão não tem cabimento porque o sentido político (por regra, anti-colonial) pode ter sido incrustado de fora e a destempo, mormente enquanto projecção da produção intelectual politicamente engajada²⁹.

Apesar de a cultura – aqui entendida no sentido de uma expressão de uma filiação identitária – não aparecer como um bem transaccionável, a dimensão identitária (e política) não impregna e determina todas as facetas da criação cultural. Logo, certos empreendimentos de ordem cultural, mais ou menos referidos a certos locais, são passíveis de articulação com outras actividades económicas, designadamente com o turismo. Corre a ideia de que o turismo é um promotor das empresas culturais e de que estas se fundam na oportunidade sugerida pelo turismo. Não sendo falsa, a verdade é que, para além das infra-estruturas e da promoção, o próprio turismo também depende do conhecimento disponível acerca dos destinos³⁰ e, nessa medida, da criação cultural.

A articulação de projectos culturais com actividades económicas, designadamente turísticas, comporta vários problemas, dos quais se realça aqui a pressão atinente à descaracterização de traços culturais pelo esvaziamento da relação com a história e com o local. Para uns, a partir do momento em que se monetarizam, as expressões culturais passam a incorporar uma ambição que supera o local e o nacional, com isso evoluindo no sentido da sua descaracterização. No limite, esta perspectiva algo purista e normativa pode tender a recusar a transformação social e cultural. Outros, defensores da criatividade artística independentemente de vínculos étnicos, culturais e outros, sustentarão que, a partir do momento em que incorporam linguagem universal, os criadores valorizam a cultura donde vêm.

A mercantilização pode trazer a padronização da criação. Amiúde, a maior facilidade de acesso e a maior oferta de bens culturais traduzem-se na criação de *mainstreams* que, ligando os indivíduos ao mundo, deixam poucas oportunidades para manifestações culturais que não enfileiram por essa via, que, amiúde, implica um ajustamento mais ou menos forçado nos planos semiológicos e estético. Se por um lado, impera este condicionalismo centrípeto e algo empobrecedor pela supressão da diversidade cultural, por outro, as diferenças e as especificidades culturais poderão

²⁹ As autoridades coloniais manifestaram aversão e proibiram certas manifestações cujos intentos e contornos não percebiam nem controlavam. Todavia, desta animosidade das autoridades, em muito dependente das conjunturas políticas, não se pode inferir que todas as expressões culturais e todas as vivências constituíssem formas deliberadas e conscientes formas de resistência política. Em todo o caso, alguns autores tendem a universalizar o sentido político das manifestações culturais.

³⁰ Para alguns autores, o turismo de massas nasceu das exposições internacionais, pontos de intersecção de técnicas, saberes e manifestações artísticas; por exemplo, BETHENCOURT 1999:471.

encontrar uma salvaguarda no mercado global e, nessa medida, na sua parcela “lusófona”.

A demanda de políticas para um espaço cultural partilhado

No dia-a-dia, no uso carro ou do telemóvel, poderá ser irrelevante a “cor” da marca. Mas esta não o será na compra de um disco ou na fruição de uma peça de teatro. Transportamos memórias, nossas e do nosso entorno, que nos determinam, mais do que somos dados a suspeitar, as nossas escolhas. Ora, se quisermos, podemos introduzir uma nota volitiva e procurar na lusofonia (assim como noutros espaços e redes de integração) uma possibilidade de crescimento individual e grupal.

Para conferir vida aos intentos (políticos e) culturais respeitantes ao espaço “lusófono”, importará fomentar a criação de um mercado que tem um potencial – o definido pela história que cada um de nós traz consigo. Esta pode levar, por exemplo, a preferir ter uma serigrafia de Chichorro ou de Malangatana a adquirir uma outra, de igual ou até menor preço, de um artista, com quem as nossas vidas ou as histórias em momento algum se intersectaram.

Claro que se levanta a questão de saber quem tem a oportunidade e os meios de modelar o mercado cultural que, tal como o mercado de bens e serviços, é pautado por distorções e assimetrias. Os cidadãos? Provavelmente menos do que supõem. As instituições têm alguns meios mas, atravessadas por inércias, não possuem essa vocação. As empresas têm recursos, mas, amiúde sucumbem à racionalidade contabilística, o que tanto pode favorecer a criação cultural como cortá-la cerce³¹. Se multiplicarmos estas dinâmicas diversas e desencontradas pelo número de realidades nacionais que compõem o espaço dito lusófono, teremos que consentir que, sem prejuízo das experiências de intercâmbio, há muito caminho para percorrer.

Importaria, então, desenhar uma política e um horizonte de realizações culturais: quais são os objectivos para a CPLP ou quais os objectivos exequíveis que conferem substância à lusofonia e a tornam, sem exclusão de outras pertenças, um espaço partilhado, desde logo, no plano cultural?

³¹ De resto, a divulgação de bens culturais tem frentes de colisão com a actividade económica. Por vezes, mesmo só intervindo marginalmente na composição do mercado cultural, as empresas podem lidar mal com a liberdade criativa e com manifestações susceptíveis de prejudicar lucros. Veja-se o caso da interdição de *A casa dos budas ditosos* de João Ubaldo Ribeiro nas grandes superfícies comerciais em Portugal.

Não será muito realista aventar a possibilidade de afirmação de uma cultura comum. É difícil falar de identidade lusófona – noção com ressonâncias serôdias e manifestamente sem substância –, quando muito será possível falar de afinidades, logo, de maiores facilidades para a troca e afirmação num espaço (para alguns, desejavelmente) comum.

Com efeito, em alternativa à inexistente cultura comum, parece possível a partilha cultural. Entre os recursos existentes, conta-se a língua que, denominada portuguesa, é de todos³².

Associada à produção estética, a língua não é necessariamente um factor facilitador, um dado que depende da posição relativa não só dos actores como dos percursos realizados nos vários domínios de criação cultural nos diferentes países. Acrescente-se que a transmissão e a apropriação dos significados culturais são facilitadas pela língua, mas a fruição e a apreensão do significado das obras de arte não depende apenas da língua. A comunicação apresenta-se facilitada mas não está resolvida³³. A língua é crucial, por exemplo, enquanto instrumento de trabalho e de criação. Porém, sem políticas e sem investimento, este apriorismo revela-se não só inócuo, como, porventura, patético.

Não é por a língua portuguesa ser um instrumento de comunicação que se evitam atritos ou, se quisermos, resistências ao que, a alguns, ainda se afigura um eco da dominação colonial. Aqui e além, a língua é mal amada por ser conotada com o colonizador. Além disto, por vezes a língua não é valorizada por nos ser dada. Ainda assim, os escritores – de alguma forma, veículos e criadores de sínteses das identidades nacionais –, podem encontrar maior receptividade entre os “lusófonos” do que entre os não “lusófonos”. Note-se, talvez Pepetela ou Mia Couto vendam mais em Portugal e no Brasil do que em Angola ou em Moçambique, respectivamente. Similarmente, criadores e associações que lutam pelo reconhecimento social da produção artística e cultural podem encontrar maior reconhecimento internacional do que localmente.

³² Nalguns casos, partindo do pressuposto equivocado de que, sendo os povos produto da língua, a fala da língua portuguesa poderia significar uma reminiscência de um traço português, alguns propõem o rompimento com a língua portuguesa como derradeira etapa de libertação do colonialismo. Quando não se leva tão longe o desígnio anti-colonialista supostamente materializado na rejeição da língua do colonizador, sucede evitar-se reconhecer à língua um papel que efectivamente ela tem, a saber, a de tornar mais acessível o entorno e as relações sociais.

³³ Parecendo negar uma evidência, tem de se consentir que, embora comum, a língua não é a mesma. Veja-se, por exemplo, a rejeição, ao menos inicialmente, dos actores portugueses nas telenovelas realizadas no Brasil, tão mais notada, quanto, afinal, tal rejeição não se verificara aquando da exibição das telenovelas brasileiras em Portugal.

Num plano pragmático, tudo poderá andar à volta de uma política cultural atinente a tornar a CPLP, um espaço com livre movimentação de criadores e de produtos culturais. Outra questão poderá versar os meios de tornar congruentes tal política com outras de maior abrangência social destinadas a reforçar um sentimento de pertença, como, por exemplo, o conferido por uma hipotética facilidade de circulação do cidadão “lusófono”.

Por homologia com o recurso à cultura como cimento unificador para colmatar défices políticos e sociais nos espaços nacionais, os mais optimistas poderão supor que a língua e uma cultura (comumente dita “comum”) sustentarão várias arquitecturas institucionais abarcando os países de expressão oficial portuguesa. Porém, tal dependerá das práticas políticas e institucionais, na esteira das quais poderão projectar-se os indivíduos e as empresas culturais.

Outros, firmando-se em premissas supostamente pragmáticas, duvidarão das vantagens (não imediatas) da aposta estatal e privada na criação cultural. Apesar da mudança dos anos recentes no sentido da valorização das facetas sociais do desenvolvimento, mais determinantes do que deixam supor os dogmas da racionalidade económica individual, subsistirão interrogações relativas à pertinência da alocação de recursos à área cultural. Concretamente, alguns perguntarão se tal aposta é crucial em sociedades a braços com carências básicas e com a necessidade de coesão política e social, como, nalguma medida, sucede em países da CPLP. Se estas reticências parecem pertinentes, também é inegável o contributo das manifestações culturais e lúdicas para a coesão política ou para a vida em sociedade³⁴. O facto de tal contributo não ser imediatamente apreensível não significa que tais manifestações não tenham um peso crucial no ordenamento e no curso da vida colectiva na perspectiva do desenvolvimento e da democratização.

Afinal de contas, se desenvolvimento implica democratização, de alguma forma esta passa também por reconduzir manifestações populares – por exemplo, as locais –, quando não para o centro da vida colectiva, ao menos para o espaço visível. Tal implica torná-las algo mais universais quer ao nível das condições de produção, quer das

³⁴ Vale a pena a consabida procura pelos Estados de diferente coloração política da imagem de modernidade, de capacidade concretizadora e de avanço científico e técnico, denotada também pela intervenção na salvaguarda e qualificação do seu património material e imaterial. Afinal, não é de apreciar o ganho simbólico para o Estado cabo-verdiano, entrementes ingressado do grupo dos países de desenvolvimento médio, da promoção da Cidade Velha a património da humanidade?

condições de exibição e de fruição. Às políticas e aos actores – instituições, indivíduos e empresas – cabe um papel neste domínio.

Notas finais

Não existe uma identidade lusófona, asserção que só pode conduzir ao estiolamento de qualquer propósito político, social cultural que aglutine ou aproxime os países da CPLP. Todavia, vale a pena apostar na criação de um sentimento de partilha entre os cidadãos destes países, passível de potenciar o desenvolvimento de um espaço e, nessa medida, de um mercado lusófono de bens culturais. No plano cultural, a lusofonia será um espaço cuja construção terá que lidar com a singularidade e, nalguma medida, com a irreduzibilidade de vectores culturais dos cidadãos dos países da CPLP. Neste caso, terá de ser suficientemente moldável para abarcar a pluralidade das criações culturais.

A lusofonia constitui uma noção em construção, assente numa relação forçosa e inequivocamente igualitária entre sujeitos em acelerada mutação social e cultural. Os desígnios políticos e a actuação das empresas culturais no seio da lusofonia terão de implicar uma horizontalidade no relacionamento entre criadores e sujeitos radicalmente distinta da hierarquização política e cultural sugerida por situações políticas e ideários de outrora. No mundo de hoje, a criação e as trocas culturais lidam mal com imaginadas hierarquizações e com o paternalismo. Conjunturalmente, tal anotação tem pertinência porque, nalguns países africanos, ainda se procuram (a)firmar plataformas identitárias pela inversão ou negação dos legados coloniais. Afinal, a afirmação cultural é, ela própria, entendida como uma forma de afirmação de soberania.

Acabando, como comecei, com o futebol: até há anos, aquando dos campeonatos da Europa, momentos de competição de nacionalismos, no espaço africano “lusófono” talvez torcesse por Portugal. Possivelmente muitos angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos e são-tomenses ficaram decepcionados com a derrota de Portugal no Euro 2004. Talvez ainda o peso da história... Mas, a partir do momento em que, numa postura cosmopolita, se cultiva o gosto e se alarga o conhecimento do futebol pela observação de *futebóis* de outra grandeza, o vínculo do passado cede lugar a juízos que, brotando de uma maior liberdade, denotam a superioridade inerente ao desprendimento afectivo. A independência do juízo deriva também da relativização do afecto e da apreciação da qualidade da arte, independentemente do seu autor. Existem

benfiquistas, ainda muitos, do tempo de Eusébio e de Coluna. Mas, perdida a competitividade no mercado global, quantos benfiquistas o clube tem cativado entre os mais novos nos últimos anos?

A CPLP, ou a lusofonia, não se pode fiar nos vínculos do passado. A vários níveis, tem de se afirmar como uma proposta aliciante e competitiva. Ao contrário de pressupostos saudosistas, o mundo muda vertiginosamente a cada dia e, a não ser capaz de se constituir como uma instância de valorização económica e social e de integração ou partilha cultural dos “seus” cidadãos neste mundo em mutação, a CPLP política e institucional de pouco valerá.

Os desígnios “lusófonos” dependem da vontade política, da efectiva, que não da retórica. Dessa vontade política dependerá a consequência da acção e a firmeza de propósitos no sentido da promoção da procura e da oferta cultural de um dado espaço que, se comum e partilhado, será então lusófono e, simultaneamente, tão universal, aberto e cosmopolita quanto outros.

Bibliografia sumária

ALEXANDRE, Valentim, 2000, *Velho Brasil / Novas Africas – Portugal e o Império (1808-1975)*, Porto, Afrontamento

ALMEIDA, Miguel Vale de, 2000, *Um mar da cor da terra. Raça, cultura e política de identidade*, Oeiras, Celta

ALMEIDA, Miguel Vale de, 2004, *Outros destinos. Ensaios de antropologia e cidadania*, Porto, Campo das Letras

BOSCHI, Caio C., 2000, “CPLP: Passado Histórico Comunidade Contemporânea” in NEVES, Fernando Santos (org.), *A globalização societal contemporânea e o espaço lusófono. Mitideologias, realidades e potencialidades*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas

CABRAL, João de Pina, 1991, “O sagrado e o drama” in *Análise Social* nº111, Lisboa, ICS

FERNANDES, Gabriel, 2006, *Em busca da nação. Notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro

FORTUNA, Carlos, 1995, “As cidades e as identidades: patrimónios, memórias e narrativas sociais” in SANTOS, M. Lurdes Lima dos, *Cultura & Economia*, Lisboa, ICS, pp.209-230

LEONARD, Yves, 1999, “As ligações a África e ao Brasil” in in BETHENCOURT e CHAUDHURI (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vol.5, Círculo de Leitores, pp.421-441

LOURENÇO, Eduardo, 1999, *A nau de Ícaro. Imagem e miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva

MARGARIDO, Alfredo, 2000, *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas

MILANDO, João, 2005, *Cooperação sem desenvolvimento*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais

NASCIMENTO, Augusto, 2007, “A *lusofonia* para além dos afectos e dos adornos: as premissas de um (possível) saber partilhado” in *Relações Internacionais* nº15, Setembro de 2007, Lisboa, IPRI-UNL, pp.125-132

PINTO, José Madureira, 1995, “Intervenção cultural em espaços públicos” in SANTOS, M. Lurdes Lima dos, *Cultura & Economia*, Lisboa, ICS

SANTOS, M. Lurdes Lima dos, (coord.), 1998, *As políticas culturais em Portugal*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais

Maputo, Maio de 2009 – Algés, Agosto de 2009